



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

RELATÓRIO**RELATÓRIO DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE – 2017****Art. 23, § 1º, Resolução CNJ 201/2015****I – CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

Considerando que, no ano de 2016, foi criado o Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, instituída a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Acre – CGPLS-AC e implantado o Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Acre, por meio das Portarias Diref n. 19, de 25/02/2016, n. 18, de 24/02/2016, e n. 21, de 1º/03/2016, respectivamente, o ano de 2017 foi dedicado ao desenvolvimento das ações propostas no Plano de Ação Socioambiental, de forma a atingir as metas determinadas para os diversos indicadores que compõem a avaliação do desempenho socioambiental da instituição.

Diversas medidas vêm sendo adotadas pela Seção Judiciária, na área socioambiental, no decorrer dos últimos anos, as quais vêm sendo mantidas, em virtude de seus resultados positivos.

Dentre elas, podemos destacar:

- O Termo de Adesão ao Projeto Catar, da Associação dos Catadores de Produtos Recicláveis do Município de Rio Branco, desde novembro/2006, através do qual é realizada a coleta de resíduos sólidos, tais como papéis, plásticos, vidros e metais.
- A conscientização do corpo funcional para destinar os resíduos sólidos gerados em suas residências aos contêineres instalados no edifício-sede, de forma a serem recolhidos pelo Projeto Catar.
- O estímulo ao uso de canecas para café e de garrafinhas para água, objetivando a diminuição do uso de copos descartáveis.
- A substituição gradativa da iluminação do prédio por lâmpadas LED e a diminuição da quantidade de lâmpadas ligadas nas áreas de circulação, bem como a instalação de sensores de presença nas copas e nos banheiros.
- A instalação da Estação Compacta de Tratamento de Esgoto, tanto no edifício-sede quanto na Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul, bem como a construção de uma cisterna para reaproveitamento da água para uso na jardinagem e na lavagem dos veículos.
- Limitação no horário de funcionamento do sistema de ar-condicionado central.
- Campanhas para promover os hábitos de apagar a luz e desligar o monitor de vídeo ao se ausentar do posto de trabalho.
- Campanhas para impressão somente do que for estritamente necessário, bem como utilização de impressão frente e verso.

No 1º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, divulgado pelo CNJ em outubro de 2017, esta Seção Judiciária foi destaque no cumprimento da meta referente à destinação de materiais diversos para reciclagem, cujo indicador foi considerado o mais crítico do PLS:

O TRF-1ª (SJAC) relatou a parceria com o Projeto Catar, do Município de Rio Branco, que contribui, de forma decisiva, para o sucesso do cumprimento de sua meta, que é de ampliar em 2% ao ano a destinação de materiais diversos para a reciclagem, tendo superado essa meta, tendo obtido um aumento de 184% no ano de 2016 em relação ao ano de 2015.

É importante destacar que a interpretação desse indicador pode levar a direções opostas, conforme apontado pela equipe responsável pela elaboração do 1º Balanço Socioambiental. Por um lado, é importante que todos os resíduos sólidos gerados tenham uma destinação adequada, o que deve impactar positivamente na meta. Por outro lado, estimular a geração de resíduos não é algo sustentável: deve-se, primeiramente, diminuir a geração de resíduos e, em seguida, destinar corretamente os resíduos que não tem como deixar de serem gerados.

O Núcleo de Administração de Serviços Gerais – Nuasg, desta Seção Judiciária, tem atuado de forma exemplar na área socioambiental, mas não podemos deixar de considerar como fundamental, para o sucesso dessa meta, a parceria com o Projeto

Catar.

No ano de 2018, deverá ser feita a primeira revisão e atualização do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Acre, bem como atualização do inventário dos bens adquiridos com critérios de sustentabilidade.

Embora tenha sido decidido, inicialmente, manter apenas a Comissão Gestora do PLS-AC, junto com o Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, à frente das atividades na área socioambiental, sem a criação dos grupos executivos, no final de 2017, o Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, com base em recomendação contida na Resolução Presi n. 40, de 28/09/2017, submeteu minuta de portaria à Secretaria Administrativa, objetivando a criação dos referidos grupos, como forma de sensibilizar os servidores quanto à responsabilidade de suas atribuições, considerando que a Comissão não conseguiu desenvolver suas atividades de forma eficaz.

A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Acre – CGPLS-AC é composta pelos seguintes servidores:

| NOME | LOTAÇÃO | FUNÇÃO |
|--|---|-----------------|
| Eva Eloni Flores da Silva | Assistência Jurídica da Diretoria do Foro | Presidente |
| Nagilene Marques Dourado de Almeida | Núcleo de Recursos Humanos | Vice-Presidente |
| Michela Melo D'Albuquerque Lima | Seção de Modernização Administrativa | Secretária |
| Genivaldo Rodrigues de Souza | Seção de Compras | Membro efetivo |
| Sebastião Gomes de Oliveira | Seção de Material e Patrimônio | Membro efetivo |
| Arivaldo Chagas de Melo | Seção de Licitações e Contratos | Membro efetivo |
| Francisco Paulo Mesquita do Nascimento | Seção de Controle Interno | Membro efetivo |

No entanto, no ano de 2017, apenas uma reunião foi realizada, no mês de abril, com algumas propostas apresentadas, mas para as quais não foi possível dar andamento, considerando que todos os servidores participantes encontravam-se sobrecarregados em seus setores de trabalho.

Quanto ao Questionário Socioambiental do Sistema PLS-JUD do CNJ, o Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental tem conseguido manter atualizada a alimentação dos seus dados. Atualmente, os responsáveis pelo preenchimento são os seguintes servidores:

| NOME | LOTAÇÃO | FUNÇÃO |
|-----------------------------------|--------------------------------------|---------------|
| Michela Melo D'Albuquerque Lima | Seção de Modernização Administrativa | Titular |
| Thiago Lourenço Fernando da Silva | Seção de Biblioteca | Suplente |
| Arivaldo Chagas de Melo | Seção de Licitações e Contratos | Suplente |

A partir de 2018, todos os dados serão publicados no Portal da Seção Judiciária, com o objetivo de dar transparência ao desempenho socioambiental da instituição, bem como informar e conscientizar o corpo funcional quanto à importância das suas atitudes para o alcance de resultados positivos.

II – A EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS DO PODER JUDICIÁRIO COM FOCO SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICO, DE ACORDO COM O PREVISTO NO ANEXO I

a) Quadro Demonstrativo:

| Meta | Atingida? | 2016 | 2017 | Resultados |
|---|-----------|------------------|------------------|------------|
| Meta 1 - Reduzir o consumo de papel | NÃO | 1.315 resmas | 1.756 resmas | +33,54% |
| Meta 2 - Reduzir o consumo de copos descartáveis | NÃO | 2.623 centos | 2.925 centos | +34,39% |
| Meta 3 – Manter o consumo de água mineral até 2020 | SIM | 5.835 embalagens | 4.942 embalagens | -15,30% |
| Meta 4 - Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) | NÃO | 35 unidades | 106 unidades | +202,86 |
| Meta 5 - Reduzir o consumo de energia elétrica em Kwh | SIM | 1.412.737 kwh | 1.286.655 kwh | -8,92% |
| Meta 6 - Reduzir o consumo de água e esgoto | NÃO | 3.736 | 5.228 | +39,94% |
| Meta 7 - Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem | NÃO | 3.343 | 1.204,30 | -63,98% |
| Meta 8 - Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) | NÃO | 270 | 110 | -59,26% |
| Meta 9 - Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel | NÃO | R\$ 51.037,90 | R\$ 54.005,75 | +5,81% |
| Meta 10 - Manter os gastos com vigilância | NÃO | R\$ 777.957,32 | R\$ 926.638,58 | +19,11% |
| Meta 11 - Manter os gastos com limpeza, desconsideradas as repactuações | SIM | R\$ 459.161,40 | R\$ 455.967,38 | -0,70% |
| Meta 12 - Reduzir o valor gasto com reformas | NÃO | 0 | R\$ 432.949,82 | |
| Meta 13 - Reduzir a quantidade de km rodados | NÃO | 17.871 km | 20.349 km | +13,87% |
| Meta 14 - Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva | NÃO | R\$ 29.529,84 | R\$ 41.345,00 | +40,01% |

| | | | | |
|---|-----|---|---|--|
| Meta 15 - Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 | NÃO | 2 | 0 | |
|---|-----|---|---|--|

b) Análise do quadro:

Analisando o quadro acima, podemos observar que, das 15 metas constantes do Plano de Logística Sustentável, apenas 3 foram atingidas de forma satisfatória, o que representa 20%, implicando em um desempenho muito abaixo do esperado. Seguem, abaixo, considerações sobre algumas metas:

- Meta 1 - Em 2016, houve uma queda no consumo de papel, em relação a 2015. Entretanto, o que se observou, em 2017, foi uma volta ao mesmo patamar de consumo de 2016.
- Meta 6 - Após a verificação de que o consumo de água estava subindo mês a mês, o Núcleo de Administração de Serviços Gerais – Nuasg procedeu a uma verificação mais detalhada das instalações hidráulicas e detectou um problema de vazamento na cisterna. Entretanto, isso foi detectado somente em dezembro/2017, devendo o consumo voltar ao patamar normal a partir de janeiro/2018.
- Meta 7 - A parceria com o Projeto Catar, do Município de Rio Branco, contribui, de forma decisiva, para o sucesso dessa Meta. Em que pese ter havido diminuição no quantitativo, há que se considerar que o quantitativo destinado, em 2016, foi exorbitante. Além disso, pode ter havido uma diminuição dos resíduos trazidos pelos servidores para colocar nos contêineres dispostos na sede da Seccional.
- Meta 8 - Foi mantida a mesma quantidade de ações realizadas, mas a participação foi menor do que em 2016. Foram realizadas 4 ações de qualidade de vida e 2 ações solidárias. A Ginástica Laboral ocorre, de forma contínua, por iniciativa dos próprios servidores. Em 2017, foi realizado o projeto de avaliação ergonômica na sede da Seção Judiciária.
- Meta 9 - Meta desmembrada: Aumento de 11,75% na telefonia fixa e redução de 77,99% na telefonia móvel. Em relação à telefonia móvel, o contrato da SSJ/CZS não foi renovado desde abril/2017 e o da SJAC não foi renovado desde dezembro/2017.
- Meta 12 - No ano de 2017, foram realizadas as seguintes reformas: instalações elétricas do imóvel funcional; reforço nas colunas de sustentação da claraboia do edifício-sede; construção da cisterna para reaproveitamento da água proveniente da ECTE - Estação Compacta de Tratamento de Esgoto do edifício-sede; construção da ECTE - Estação Compacta de Tratamento de Esgoto da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul. Essas reformas não poderiam ser evitadas, dado o seu caráter de necessidade, e foram pagas com recursos provenientes de emendas parlamentares.

O panorama acima mostrado não é muito positivo, mas é importante analisar cada meta em separado, pois diversos fatores podem ter influenciado nesses resultados, e é esse estudo que será desenvolvido pelo Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, com o apoio da Comissão Gestora do PLS, a fim de desvendar em qual ou quais unidades houve um maior consumo de papel, por exemplo, ou gasto com telefonia fixa, para poder atuar de forma objetiva, onde for necessário.

III – AVALIAÇÃO GERAL

Embora essa temática seja bastante valorizada dentro da nossa instituição, os dados de 2017 mostram uma queda no desempenho da Seção Judiciária em alguns indicadores. Em alguns casos, voltou-se ao patamar apresentado em 2015. Das 15 metas constantes do PLS-AC, apenas 3 foram atingidas, o que representa 20% do total, ou seja, um desempenho muito abaixo do esperado para a Seção Judiciária, especialmente considerando que 2016 apresentou um resultado bem mais satisfatório. Por isso, é muito importante que esse acompanhamento seja feito, para que seja detectada, o mais cedo possível, a necessidade de implantação de uma nova iniciativa ou de redirecionamento das ações já implantadas.

Durante a Semana de Planejamento da Secretaria Administrativa de 2018, ocorrida no mês de março, esse tema foi abordado, com o intuito de sensibilizar o corpo funcional quanto à importância do papel de cada um para o desempenho geral. As metas que se referem às contratações de serviços sofrem influências de vários fatores externos, pois envolvem procedimentos licitatórios com a contratação de empresas terceirizadas, mas existem outras que são influenciadas diretamente pela atuação dos indivíduos, tais como consumo de papel, de copos descartáveis, dos serviços de telefonia e da energia elétrica. Desses três itens, apenas a energia elétrica teve redução no consumo, o que indica que deve ser realizado um trabalho de conscientização junto às pessoas.

Espera-se que, com a criação dos grupos executivos, que está dependendo apenas da publicação da portaria, o ano de 2018 seja marcado pelo desenvolvimento de iniciativas que estimulem o cumprimento das metas do Plano de Logística Sustentável, o qual deverá passar por uma revisão crítica e atualização, de acordo com a realidade local.

Michela Melo D'Albuquerque Lima
Supervisora da Seção de Modernização Administrativa
Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental

José Alves de Albuquerque
Diretor da Secretaria Administrativa

Guilherme Michelazzo Bueno
Juiz Federal Diretor do Foro



Documento assinado eletronicamente por **Michela Melo Dalbuquerque Lima Benevides, Supervisor(a) de Seção**, em 22/03/2018, às 18:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Alves de Albuquerque, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 22/03/2018, às 18:11 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **5801928** e o código CRC **57282053**.

Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Bairro Portal da Amazônia - CEP 69915-632 - Rio Branco - AC - www.trf1.jus.br/sjac/

0000252-64.2018.4.01.8000

5801928v11